

Mais além do “contra o golpe”: subsídios para uma analítica do campo de luta

*Beyond the “against the coup”:
support for a struggle field’s analytical*

Acácio Augusto

Pesquisador no Nu-Sol, professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV-ES e no Programa de Psicologia Institucional da UFES e bolsista Pós-Doc CAPES na UVV-ES. É doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP. Autor de *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. Contato: estadoalterado@yahoo.com.br.

RESUMO:

O artigo apresenta a noção de crise como modo de governo a partir das análises de Michel Foucault. Questiona a noção de golpe utilizada para caracterizar o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. O golpe de Estado é permanente sob o governo das polícias na democracia contemporânea, nesse sentido as resistências passam por uma recusa da política pela revolta e questionamento da democracia como antipolítica.

Palavras-chave: Golpe de Estado, polícia, antipolítica, crise.

ABSTRACT:

The article presents the notion of crisis as government according to Michel Foucault’s analysis. Problematize the notion of coup used to characterize the President Dilma Rousseff’s impeachment process. The coup d’etat is permanent under the police’s government in contemporary democracy. So, in this sense, the resistances consist in a refuse of the politic. It happens by the revolt and the questioning of democracy as anti-politics.

Keywords: Coup d’etat, police, anti-politics, crisis.

AUGUSTO, Acácio (2016). Mias além do "contra o golpe: subsídios para uma analítica do campo de luta. *Revista Ecológica*, São Paulo, n. 15, mai-ago, pp. 56-36.

Recebido em 29 de junho de 2016. Confirmado para publicação em 05 de setembro de 2016.

“Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”

Gilles Deleuze

“Que coisas te aborrecem?

O discurso vazio da esquerda.

O discurso vazio da direita já é de se esperar”

Roberto Bolaño

Estamos em crise. Não há uma crise. Qual crise? Pra que serve a crise?

No final dos anos 1970, Michel Foucault (2008a), durante suas aulas sobre o neoliberalismo estadunidense e alemão, mostrara que a crise é a forma mesma de governar na *racionalidade neoliberal*. Este tema já aparecia nas formulações teóricas de Joseph Schumpeter (1961) sobre o capitalismo e a democracia, ao mostrar o caráter empreendedor que a força destrutiva do capitalismo engendra. Para este cientista político e economista austríaco, a democracia não passava de um método de seleção de líderes capazes de apontar saídas em situações de crise ou gerir a normalidade na ausência dela. Nada de valores ou princípios a serem professados ou defendidos, apenas um método a ser dirigido pelos mais capazes na gestão de assimetrias e no governo das desigualdades.

Diversamente das teorias e críticas em relação a essa forma da democracia liberal, a novidade da análise de Foucault sobre o neoliberalismo está em tomá-lo não como uma teoria, um valor ou uma ideologia, mas precisamente como uma racionalidade; uma certa forma de ser e de imaginar, uma força capaz de produzir modos de vida, formas de subjetividades. A incapacidade de alguns analistas e teóricos, que tomam sua estupidez por inteligência, levaram a situar Foucault a partir dessas aulas como uma liberal. Algo que os coloca na mesma chave de leitura e entendimento dos agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política

e Social), que no documento nº 5275, datado de 26 de outubro de 1975, asseveraram tratar-se de um intelectual francês de tendências liberais, e não um comunista (Rodrigues, 2016: 21).

As indicações sobre a democracia delineadas por Schumpeter e o caráter destrutivo-criativo do capitalismo que favorece personalidades empreendedoras estavam mais ou menos restritas a considerar a crise como fenômeno cíclico do sistema de produção capitalista, para o qual os empreendedores eram um grupo muito seletivo situado no pequeno círculo de industriais e detentores dos meios de produção. Na *racionalidade neoliberal*, analisada por Foucault, o empreendedorismo se democratiza e passa a ser uma exigência subjetiva de sobrevivência na gestão que cada um é capaz de fazer de si como capital humano, algo que somente foi considerado, segundo sua indicação, nas produções de teóricos da Escola de Chicago, a partir dos anos 1970, em especial com Theodore Schultz¹ e, posteriormente, com Gary Becker². Destarte que a noção de crise também se alarga e passa a habitar as mais diversas práticas sociais: crise dos paradigmas, crise da representação, crise da escola, crise dos partidos, crise do hospital, crise da universidade... Como situou Gilles Deleuze (2000) no início dos anos 1990, trata-se de uma liquidação geral até que novas forças se anunciem. Ocorre que o meio virou fim. Assim, a exigência primeira nos dias de hoje, do mundo do trabalho ao sistema político, é inovação e/ou criatividade. Nunca se falou tanto em novo, neo, pós... nova política, novo trabalho, novo capitalismo. Crise e inovação são exigências sociais e políticas, objetivas e subjetivas,

¹ Theodore Schultz (1902-1998) foi laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1979, junto com Arthur Lewis. Este por ter sido responsável pela criação do campo conhecido como desenvolvimento econômico ao enfatizar políticas voltadas aos países chamados na época de subdesenvolvidos, e Schultz pela ênfase nas análises de economia agrária e investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

² Gary Becker (1930-2014) foi laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1992, precisamente por estender o campo de análise da microeconomia ao campo do comportamento humano, não apenas no mercado, mas como forma do processo de decisão das pessoas no campo mais ordinário.

do mundo contemporâneo. Inovação e criatividade são os imperativos categóricos do momento.

Vivemos sob um bombardeio incessante de comunicação pelo qual os fatos se sobrepõem, um após o outro, sem ao menos terem alguma relevância de informação, para que não se produza um *acontecimento*. No entanto, isso não quer dizer que nada acontece. No Brasil, vivemos hoje sob o signo da crise e debaixo de um conservadorismo que se expressa por vezes de forma espetacular e, no mais das vezes, de forma ordinária. Em alguns momentos o espetacular e o ordinário se encontram quando, por exemplo, uma manifestação de “cidadãos de bem”, em apoio aos policiais que executaram uma criança de 10 anos em um bairro da Zona Sul da cidade de São Paulo³, forma-se e é transmitida em rede nacional pela televisão. Não se trata mais da oposição entre barbárie e civilização, mas da gestão sem pudor dos viventes em meio à qual há uma quantidade cada vez maior de vidas matáveis sem sacrifício, apenas repetição de um procedimento racional que, se questionado, recebe imediato apoio de parcelas significativas dos cidadãos.

Mas esse cenário não é uma jabuticaba, fruto exclusivo dessas terras. Uma série de fatos, que não elenco aqui por falta de espaço, mas que o leitor certamente encontrará em sua memória, debloqueiam o evento-crise em todo o planeta como programa extensivo de gestão de tudo o que é vivo, tendo o extermínio como seu correlato mais do que inevitável, necessário e, no mais das vezes, desejado.

Alegada por razões diferentes, a crise habita corações e mentes dos viventes em todos os continentes, da velha Europa ao Novo Mundo; do Oriente próximo, médio e longínquo aos mais extensos rincões do Ocidente. E as alegadas crises têm como reposta as palavras de ordem,

³ Rogério Pagnan. “Simulação de morte de menino de 10 anos tem ato de apoio a policiais” In Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano, acessível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1783369-simulacao-de-morte-de-menino-de-10-anos-vira-ato-de-apoio-a-policiais.shtml>

mais do que conhecidas, em sua forma imperativa. São comandos que exigem adaptação e superação: Trabalhe! Inove! Crie!

No entanto, estamos falando de relações de poder para as quais nunca há dominação completa — elas sempre se depararão com resistências. Porém, é preciso estar alerta, pois nos fluxos velozes da sociedade de controle o que se anuncia como resistência pode estar codificado pelo mesmo signo da crise e, como tal, sob a mesma exigência imperativa de superação, inovação, criatividade. Assim, forma-se um jogo duplo e complementar que sustenta uma situação de imobilismo ativo ou de paralisia mobilizadora. Outras mesmas palavras de ordem se formam: Participe! Proteste! Exija direitos! Busque reconhecimento! Afirme sua identidade! Nesse jogo, uma relação de reforço mútuo e sobrecodificação se forma e impede que algo realmente estranho se produza; bloqueia-se a produção de linhas de fuga.

Para sair dessa situação de ordem e protesto, é preciso desfigurar. Caminhar por outros espaços, como um agrimensor que desbrava outros terrenos, mas, neste caso, campos da ética e da estética, em meio ao deserto da gestão e do extermínio. E não basta imaginar, é preciso experimentar a partir do que se pratica como saída possível, uma linha de fuga, mesmo que provisória e/ou precária. Em um quadro no qual o futuro se tornou a imagem da devastação de desastres ecológicos e humanitários, as lutas devem abrir espaços de experimentações para além do sensível ou não conseguirão despertar interesse nos que estão muito ocupados com sua sobrevivência imediata e urgente.

Em nossa história recente temos um *acontecimento* que ultrapassou o campo dos fatos e, como tal, segue acontecendo. Algo que é impossível de captura, pois intempestivo: aquilo que está na história e contra a História. São as *jornadas de junho* de 2013, alvo de inúmeras investidas teóricas e analíticas, muitas delas malogradas, pois trata-se de algo da ordem do ingovernável, do múltiplo, da revolta. Não é passível de

codificação e, portanto, de explicação ou determinação causal. Não impede, mas atira alguém interessado no estranho e no incomum a traçar alguns de seus efeitos valiosos para quem não se submete à lógica de gestão da crise e de sua incerteza produtora de organizações efetivas e duradouras. Com isso, indicar desdobramentos que possa produzir desfigurações no que se encontra tão ordeiramente configurado na atual “situação de crise”. O rompimento com esta lógica não pode ser organizado, sob o risco de ser incorporado nas práticas gestoras, porque é, necessariamente, insurrecional.

O primeiro efeito a sobressair é que *junho de 2013* foi uma revolta e, como tal, não pode ser reduzida a um conjunto de pautas e proposições, não pode ser codificada no campo racional da política.

em torno do acontecimento

Há aproximadamente três anos estourou nas ruas de diversas capitais do Brasil uma das maiores mobilizações populares desde a Marcha dos 100 mil, em 1968. Descartam-se aqui mobilizações populares codificadas, porque são condicionadas ao jogo político institucional ou orientadas para a busca, reivindicação ou reconhecimento de direitos, como foram as *Diretas Já!*, os *Caras Pintadas* e a regular *Parada Gay*. Podemos condensar as *jornadas de junho* como evento localizado e estancado no tempo e no espaço, nos 13 dias (de 6 a 19 de junho de 2013) em que na cidade de São Paulo, a partir de manifestações contra o aumento da tarifa, os poderes municipais, estaduais e federais, assim como a mídia de massa e as forças policiais, ficaram atordoados diante de uma revolta que se tornou ingovernável inclusive para as forças que a haviam iniciado, como o Movimento Passe Livre (MPL).

Enquanto revolta, este acontecimento produziu uma imediata inscrição das subjetividades na história, desencadeando movimentos de desidentificação com as instâncias políticas de representação e capazes de ativar forças de

destruição inéditas, como o emprego da tática *black bloc*. Nada escapou à fúria daqueles dias e noites, principalmente a partir do dia 13 de junho, quando o repúdio à polícia era o denominador comum de ações que já não tinham muito claro ao que e a quem se dirigiam de forma codificada. Havia uma disposição para a revolta e a insurreição que recusava em bloco heterodoxo as formas do capitalismo e o modo de vida das democracias contemporâneas. Não eram ações contra nenhuma crise específica, embora se falasse, como mote inicial, contra o aumento da tarifa, a crise dos transportes públicos e da mobilidade urbana.

O acontecimento *junho de 2013*, em termos globais, pode ser inscrito em um fluxo de manifestações que se espalhavam pelo planeta, como a dos estudantes no Chile e o 15M na Espanha, em 2011, ou o Parque Gezi na Turquia — este último simultâneo ao junho no Brasil. Também se sabe que não foi algo que brotou do nada, como que por mágica, mas expressou (embora tenha ultrapassado) um trabalho de anos que vinha sendo realizadas com persistência a respeito de maneiras diferentes de se fazer manifestações de rua. No entanto, há particularidades e diferenças importantes no que se passou no Brasil ou, mais especificamente, para este escrito, em São Paulo. A especificidade mais significativa talvez esteja no fato de ambos terem se dado em uma situação política e econômica que se acreditava estável, inclusive sob comemorações de erradicação da miséria e situação de quase pleno emprego.

Uma diferença importante em relação a outros protestos no planeta foi o fato de terem vencido no que foi seu mote inicial: barrar o aumento de 20 centavos na tarifa de transporte urbano. A nota negativa talvez seja que, apesar da recusa à polícia, não houve um confronto mais direto com o poder judiciário e a forma como forças conservadoras conseguiram *hackear* as ruas, especialmente após o dia 19 de junho. Isso passa a aparecer com a significativa projeção da bandeira do Brasil no prédio da FIESP, na Avenida Paulista, em São Paulo, e com as agressões

aos manifestantes com bandeiras de partidos de esquerda no dia 20 de junho. O desbloqueio provocado pela revolta levou para as ruas e para o enfretamento direto e franco, de um lado, as forças represadas até então pelas artimanhas de gestão, que se mostravam eficientes na pacificação dos conflitos sociais por meio de uma codificação política e de direitos, mesmo sob forte ataque de alguns setores conservadores da sociedade, e, de outro lado, resistências de grupos minoritários não pacificados pela gestão. O *agonismo* das forças se apresentava cruamente, sem as delimitações e pacificações do jogo democrático institucional. É nesse sentido que *junho de 2013* se inscreve como algo ingovernável e como aquilo que trouxe à tona o insuportável.

As *jornadas de junho* não foram, como insistem alguns hoje, passados três anos, um momento de reação de forças que procuravam uma brecha para fazer instaurar um programa de reformas neoliberais. Foi um acontecimento que, pela afirmação da revolta, desbloqueou um confronto represado, pois o que tínhamos até então era a operacionalização de práticas condizentes com a *racionalidade neoliberal*, interessadas na gestão da pobreza, orientadas pela erradicação da miséria, sob os aplausos de organizações internacionais, em especial as ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Esta gestão era reiterada pelo caráter auxiliar que se relegou aos movimentos sociais que perderam, gradualmente, o poder real de disputa e pressão quebrado por táticas inéditas de contestação e a ação de *novíssimos movimentos* sociais (Day, 2005), como o MPL, sufocados pela gestão extensiva de programas sociais e/ou hipnotizados pela disputa judicializante por reconhecimento, direitos e criminalizações (meio pelo qual se bloqueou o efeito do ingovernável — basta lembrar da palavra de ordem surgida mais tarde : “Não é por 20 centavos, mas por direitos”). Nada como o academicismo para fazer crer com seus inquéritos sociológicos que em algum momento houve ruptura com a gestão neoliberal durante os governos petistas. O fato deste governo

ter criado uma extensiva política social individualizada, baseada no mecanismo crédito/dívida, apenas corrobora essa afirmação. A inclusão pelo consumo teve como contrapartida a servidão pela dívida, algo mais do que *de acordo* com a racionalidade neoliberal. A lógica concorrencial entre projetos sociais e ações culturais, estabelecida pela gestão de editais, é talvez a face mais ordinária e visível da operacionalização da *racionalidade neoliberal*, especialmente entre aqueles que bradam por justiça social e se dizem contra o sistema capitalista.

Como tudo na história, há continuidades e discontinuidades nas políticas de governo dos últimos 14 anos. As continuidades são mais que conhecidas, para além de uma forma de gestão que visa, de um lado, manter grande parcela de grupos sociais num estado de penúria ótimo para que não se rebelem e aprendam a amar o governo e, de outro lado, o favorecimento explícito de restritos setores sociais que, a despeito de se beneficiarem de um capitalismo mundializado, comportam-se como oligarquias mimadas pelas benesses do Estado. Assim, tudo se passa como a imagem utilizada por Bakunin (2003) para descrever a atividade dos governos baseada na ciência. Uma ciência que, para o anarquista, consiste em tosquiar os rebanhos populares de maneira que eles não se rebelem contra a extração de suas peles. Nesse sentido, as *jornadas de junho* foram a centelha que clareou a possibilidade de atear fogo na apatia governamentalizada em que se encontravam os sujeitos sob práticas de governo variadas. No entanto, essa virtualidade de fissurar os sólidos alicerces da ordem foi minoritária, e não poderia ser de outra forma. Assim, muitas de suas virtualidades foram atualizadas ou capturadas por forças sinistras que almejam um futuro ainda mais conservador e moderado.

A despeito da multiplicidade de forças colocadas em movimento por este acontecimento, ocorre que as *jornadas de junho*, após mais de uma década de letargia, trouxeram a possibilidade de banir o anjo

vingador que habita a cultura, a política e a economia *nacional*, pelo menos desde a era Vargas: o desenvolvimento como tábua de salvação, conduzido por uma liderança política de carisma populista. Essa vontade de maioria assola corações e mentes e impede que se experimente a potência de ser *menor*, de devir minoritário. Menor em oposição à maioria, no sentido que Deleuze atribui ao maior e ao menor:

a maioria não designa uma quantidade maior, mas, antes de tudo, o padrão em relação ao qual as outras quantidades, seja elas quais forem, serão consideradas menores (...). Minoria tem dois sentidos, sem dúvida ligados, mas muito diferentes. Minoria designa, primeiro, um estado de fato, isto é, a situação de um grupo que, seja qual for o seu número, está excluído da maioria, ou está incluído, mas como uma fração subordinada em relação a um padrão de medida que estabelece a lei e fixa a maioria (...). Um segundo sentido: minoria não designa mais um estado de fato, mas um devir no qual a pessoa se engaja. Devir-minoritário é um objetivo, e um objetivo que diz respeito a todo mundo, visto que todo mundo entra nesse objetivo e nesse devir, já que cada um constrói sua variação em torno da unidade de medida despótica e escapa, de um modo ou de outro, de sistema de poder que fazia dele um parte da maioria (Deleuze, 2010: 63).

em torno do golpe

O fato de não ter havido ruptura com a *racionalidade neoliberal* de governo nesses últimos 14 anos é pré-eleitoral. Talvez nem todos se lembrem da declaração de boas intenções, como se fosse um pedido de casamento, feita por Luiz Inácio Lula da Silva antes da vitória eleitoral em 2002. Na famosa “Carta ao povo brasileiro”, já dizia muito claramente seus alinhamentos: “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, **incluir**, **pacificar**. Mudar para conquistar o **desenvolvimento econômico** que hoje não temos e a **justiça social** que tanto almejamos” (Silva, 2002 — *grifos meus*). Crescer, incluir e, principalmente, pacificar. Tudo isso para conseguir o tão almejado desenvolvimento, não importando seus adjetivos; um encontro entre a palavra fundamental de nossa colonização,

a pacificação, que até hoje habita favelas, becos e vielas das cidades, com a missão maior atribuída ao Estado: promover o desenvolvimento. Naquele momento também havia uma *crise*. E o hoje repete o ontem, já que a “única saída” para a crise atual continua sendo “crescer”, “pacificar”, “desenvolver”, “rumar ao progresso”. É preciso perguntar, na insistência monotemática de saída da crise: quem será pacificado? A que serve o desenvolvimento? Progredir em qual direção?

É verdade que, a despeito de passar recibo de seu bom mocismo aos banqueiros, empresários e investidores nacionais e estrangeiros (destinatários reais da carta ao genérico “povo brasileiro”), esse governo, que em 31 de agosto de 2016 encarou seu xeque-mate, nunca foi bem visto e aceito por amplos setores sociais, da classe média a setores específicos da classe dirigente. Para evitar os devidos inquéritos alongados sobre mais de uma década de história recente, basta recordar as “peripécias” em torno da ação penal 470, conhecida como “Caso do Mensalão”. Não desconhecendo-se os jogos de verdade jurídicos, o caso apareceu em uma já conhecida tabelinha (no sentido futebolístico) entre a mídia e o poder judiciário, que a partir de uma denúncia reportada na revista *Veja* abriu um inquérito no primeiro mandato de Lula que culminou na condenação de quadros expressivos do PT, durante o segundo mandato da presidência da República, sob a interpretação da teoria jurídica conhecida como “domínio do fato”, que postula, grosso modo, a possibilidade de responsabilização penal de um sujeito como autor de um “crime” mesmo sem as devidas provas de sua participação.

Por “domínio do fato” entende-se que a pessoa dominou as ações que desencadearam os fatos tidos como criminosos. Esta teoria reaparecerá nos tribunais brasileiros para a condenação de dois manifestantes que suspostamente foram responsáveis pela trágica morte do cinegrafista Santiago, da Rede Bandeirantes, em ato contra a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014, na cidade do Rio de Janeiro.

Aliás, este episódio consumou um dos motes para a elaboração da lei antiterrorismo (Lei 13.260/2016), último ato do governo que hoje se autoproclama golpeado. Em texto à época, o jurista Nilo Batista alertou:

O domínio do fato, que fez as delícias de muita gente no ‘caso mensalão’, pode ser agora um artefato teórico perigoso, se lançado ao caso do momento. Até quando as forças políticas progressistas não se darão conta dos perigos que a hipertrofia do sistema penal traz para a democracia? O sistema penal, Presidenta, também pratica, e massivamente, seus mal-feitos (...) (Batista, s/d).

Assim foi que, genealogicamente, a pacificação total iniciou-se com a morte de um funcionário *bandeirante* que conecta o ativismo jurídico dos altos tribunais à perseguição sistemática e policial de manifestantes de rua. Uma judicialização da política voltada a neutralizar forças de contestação que se iniciou muito antes das manobras parlamentares recentes voltadas para a solução da crise política por meio de artifícios jurídicos sobre *responsabilidade* da autoridade *maior*, os espetaculares vazamentos, as vaidades de juízes de província e os acordos flexíveis entre os integrantes das castas políticas que ocupam o legislativo e o executivo.

Visto em uma perspectiva da história política recente, a ideia de um golpe constitucional ou de um “golpe branco”, para nomear a sequência de casuísmos jurídicos que levaram à deposição da presidente eleita pelo rito democrático formal, é apenas um efeito retórico de cientistas políticos de gabinetes encantados com a tese marxista-laciana de *populismo*, desenvolvida por Ernesto Laclau (2013). O que não quer dizer que vivemos um processo mais suave, e nem que os eventos em torno da deposição da presidente sejam desimportantes. Trata-se de um alerta contra os reducionismos e as respostas ideológicas para notar o desenrolar de processos muito mais politizadores e que a palavra golpe é insuficiente para nomear, também por funcionar de forma enganosa,

turva. O momento que vivemos é um presente menos restrito aos últimos eventos político-institucionais, e situa o ápice de um movimento conservador mais geral, que se espraia por diversos setores da sociedade — inclusive os setores populares, os quais se adaptam perfeitamente à ordem democrática jurídico-formal — e é movido por um forte desejo de punição como única maneira de resolver as situações problemáticas que se apresentam.

Do ponto de vista político representativo, há o esgotamento de um projeto de Brasil, iniciado com a fundação do PT nos anos 1980, chamado de democrático popular e que, uma vez no governo, cumpriu sua tarefa de gestor da pobreza em direção ao desenvolvimentismo (já iniciado pelos governos anteriores e posteriores à ditadura civil-militar). Tarefa cumprida pela ativação da principal tecnologia de governo na sociedade de controle, a saber, a disseminação de programas sociais e de inclusão baseados na dívida e na capacitação para gestão de si e dos outros. Um itinerário mais ou menos coerente para um script baseado na busca por reconhecimento, na conquista de direitos civis e na ocupação institucional como etapa da construção de uma almejada hegemonia política e social. Tudo como reza a cartilha de uma certa teoria política constitucional igualitarista, ironicamente importada dos Estados Unidos da América e da Alemanha. Refiro-me a uma extensa literatura ligada a nomes como Jürgen Habermas (1984), Jonh Rawls (2011), Axel Honneth (2003) entre outros. A análise genealógica demarca o encontro entre teorias antagônicas, no caso, as neoliberais (ou neoclássicas) alemães e estadunidenses, e as igualitaristas também provenientes dos mesmos países. Mais que um alerta importante ao nosso colonialismo acadêmico que se comporta como coro destas vedetes situadas à esquerda, trata-se de enfrentar uma pista para compreender o fratricídio identitário que alguns meios de luta vêm sofrendo em busca de configurações como “lugar de fala” ou busca por empoderamento.

No governo, dissenso regulado e consenso são faces da mesma moeda, e o processo de impedimento da presidente virou, como algumas gravações vazadas demonstram (Cf. Valente, 2016), uma ação desesperada dos donos do poder para salvar seus combalidos meios de representação, barganha e gestão. Também para salvar suas próprias cabeças do processo de liquidação geral via judiciário. As coisas podem, portanto, ficar muito piores, na medida em que, a rigor, ainda não houve uma ruptura institucional formal e, caso ela ocorra (o que parece ser pouco provável), teremos fatos realmente novos com que lidar. As alianças para as próximas eleições a prefeito dão provas dessa não-ruptura. Nelas, nem as alianças entre PMDB (golpista) e PT (golpeados) foram rompidas e, apesar do calor dos debates, os adversários PSDB (e seus aliados) e PT (e seus aliados) não se posicionam para além de adversários formais. Ao contrário, em todos os campos eles se apressam em posar de defensores da democracia e do Estado de Direito e capazes de remediar a crise, que de marolinha passou a tsunami político e econômico, podendo evoluir para um quadro de desintegração na medida em que as negociações jurídico-políticas permanecem mais vivas que a Constituição.

O principal indicador que podemos tirar desse processo é que a crise tornou-se não o anúncio de uma ruptura possível, como ensinava a crítica à economia política clássica, mas a forma mesma de gestão do capitalismo, como queriam os economistas neoclássicos, genericamente chamados de neoliberais. Em paralelo, e essa é a função da política, neutraliza-se o campo *agonístico* de confronto de forças pelo imperativo da gestão para melhorias, a garantia das conquistas de direitos e a possibilidade de inovações empreendedoras para o desenvolvimento, como fazem ostensivamente as ONGs em comunidades e favelas. O que mostra, também, como o campo das lutas de contestação tornou-se reativo, judicializado e identitário: a luta virou negociação — pressão e negociação para a permanência de direitos conquistados historicamente

(reatividade); reivindicação de proteção estatal aos vulneráveis, seja por meio de programas de direitos afirmativos para a inclusão, seja por meio de reivindicação de criminalização de condutas, como racismo e homofobia (judicialização da vida, das lutas e da política); gradação de privilégios e hierarquia de pautas em torno da noção jurídico-política de legitimidade (caráter identitário e, portanto, afinado com o multiculturalismo neoliberal).

No campo das resistências, fazer política virou uma enganação para uma parte, suicídio para muitos e carreira empreendedora para alguns poucos capazes de gerir o capital humano próprio e dos outros. Esta última opção realiza-se por uma passagem efêmera de cada um pelo campo das resistências que, desde o início do século XXI, tornaram-se intermitentes. A política funciona, portanto, como via de codificação da potência do *menor*, inscrevendo-o na fila de busca pela maioria por meio da conquista de direitos majoritários. Por isso hoje tudo deve acabar no tribunal; as principais pautas de movimentos por direitos civis pedem a criminalização das condutas; a política institucional faz o impossível para ser decidida no STF (Supremo Tribunal Federal).

Política, definitivamente, virou sinônimo de polícia. De resto, recorre-se aos Direitos Humanos para administrar as catástrofes, sejam elas humanitárias, ambientais ou ecológicas. O cidadão da democracia contemporânea é um policial que zela pela ordem e pelo justo. Compreende-se, enfim, que passamos não por um golpe de Estado, mas como aquilo que sempre foi a polícia, conforme mostra Foucault: “o golpe de Estado permanente”. Na última aula do curso *Segurança, território, população*, de 1978, Foucault (2008b: 457) observa:

a polícia é a governamentalidade direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente. É o golpe de Estado permanente que vai se exercer, que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de

justiça que foram dadas por outro lado. Específica, portanto, em seu funcionamento e em seu princípio primeiro, a polícia também deve sê-lo nas modalidades da sua intervenção.

Dos dispositivos de segurança do Estado, a polícia, desde sua emergência, apresenta-se como o mais plástico, o que permite à política se ocupar do miúdo, do ordinário da vida população para garantir o esplendor do Estado. As leis e a justiça, menos plásticas e mais modelares, se ocupam dos grandes atos, das coisas que se julga importantes. Essa distinção, entre a Política como razão de Estado e as atividades de governo como atividade policial corresponde à diferenciação entre *Die Politik* (no alemão) — uma tarefa negativa que “consiste, para o Estado, em se defrontar com seus inimigos, tanto internos como externos” — e *Polizei* (também do alemão) — tarefa positiva que “consiste em favorecer ao mesmo tempo a vida dos cidadãos e o vigor do Estado” (Foucault, 2003: 383) —, uma distinção retirada dos manuais de polícia prussianos do final do século XVIII que orientavam o funcionamento dos dispositivos estatais para além de sua configuração institucional e suas atividades ordinárias como forma direta de governo da população.

Assim como na crise, estamos em um golpe! Não há um golpe!

Essa distinção entre Política e polícia, derivada dos manuais prussianos, terá seu segundo elemento bifurcado ao logo dos séculos XIX e XX. As atividades atribuídas à polícia se dividirão entre polícia, como instrumento de repressão e contenção interna voltada às condutas ditas como criminosas ou incivilidades em geral, e política social (no Brasil, chamadas de “políticas públicas”), como ações do Estado ou da sociedade civil que zelam pelo bem-estar da população provendo sua saúde e de seus meios para expansão. Distinção bifurcada que aparece de forma mais acabada e evidente na língua inglesa entre *police* e *policy*, e que, segundo Foucault, compõe o dispositivo de segurança interna dos Estados modernos, enquanto a segurança externa fica a cabo do dispositivo

diplomático-militar, mais afeito à Política (com p maiúsculo). Eis a forma de gestão da pobreza, relegando à Política de Estado (negativa em relação à polícia e à política social) as tarefas de manutenção da lei — relação com os adversários e os inimigos e a administração da justiça de modo formal. Contemporaneamente, essa distinção está turvada e cada vez mais as políticas sociais fazem papel de polícia e a polícia repressiva é convocada a fazer o papel de assistente social. Ambas se voltam aos contingentes classificados pelos índices econométricos (da microeconomia) como *vulneráveis*, ou seja, alvo e agentes de carências (materiais e de direitos) e violências (simbólicas e diretas) (Augusto, 2012).

Assim, o ciclo de gestão e extermínio se retroalimenta de forma permanente e planetária, abrangendo desde programas de aplicação de mediadas socioeducativas em meio aberto (voltadas aos classificados como “adolescentes infratores”) desenvolvidos por parcerias público-privadas entre governos e fundações empresariais, passando por exigências sociais de programas de complementação de renda e de moradia popular (como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida), até planos de intervenção humanitária, geridos por enclaves de Estados por meio do Conselho de Segurança da ONU, para salvar países classificados pelos índices internacionais como Estados Falidos. É importante ressaltar que este ciclo de gestão planetária conecta-se ao plano local por meio de programas e políticas de pacificação de favelas, como as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), que combinam feroz violência organizada do Estado com regulares intervenções de tortura e extermínio com programas de assistência e empreendedorismo social e cultural. Nesse ponto, até mesmo a forma golpe se desfaz, pois a sofisticação dessa tecnologia específica de governo está em envolver, ou, como analisa Passetti (2007), *convocar à participação* os próprios governados, que se tornam agentes e alvo dos controles e práticas policiais, em uma governança global.

Muito além das formas institucionais que o chamado golpe e seu governo interino, agora efetivo, tomam, e muito mais insidioso que as políticas e reformas derivadas daí, tem-se uma política que independe da direção institucional formal, operando uma governamentalidade conectada planetariamente que forma um arco de governo capaz de incluir tudo e todos e que, no Brasil, há ao menos 25 anos toma a forma de pacificação e governo das desigualdades em variadas formas de policiamento: do zelo assistencial ao extermínio violento por meio de polícias militares, civis e milícias ligadas às mesmas polícias e às empresas de varejo do tráfico.

anarquia, antipolítica e a necessária crítica à democracia

Nenhuma prática, grupo ou associação que pretende se colocar como resistência aos poderes pode ter a mínima identificação ou mesmo defender as políticas do chamado governo popular de esquerda construído pelo PT nos últimos 14 anos. Mesmo movimentos que ao final dos anos 1990 eram vistos no mundo todo como expressões antissistêmicas e de resistência ao neoliberalismo, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), tornaram-se grupos auxiliares de um governo que, imantado à ideia de populismo como força institucional transformadora e ao mito do Brasil grande (herdado de Getúlio Vargas e dos militares), apenas geriu a pobreza e a miséria com ganhos políticos de pacificação consideráveis e inserção no espetáculo internacional por meio de megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas. Tarefa esta já iniciada na abertura do novo século com operações e programas de institucionalização do *movimento antiglobalização* por meio do Fórum Social Mundial, realizada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sob um governo petista que ganharia o executivo federal brasileiro no ano seguinte.

Mas isso também não é exclusividade do que podemos chamar de esquerda partidária no Brasil e na América do Sul. Na verdade,

o que se chamou de “ciclo progressista” com governos no Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina e Uruguai, que diziam expressar institucionalmente as lutas do *movimento antiglobalização* e resistência ao neoliberalismo, antecipou uma institucionalização das lutas que a Europa experimenta só a partir da segunda década do século XXI. A *racionalidade neoliberal* corresponde a uma governamentalidade planetária. Desta maneira, a “nova política” que captura potências menores de contestação para a ordem se dará também na Europa, na relação velha e nova política, entre PASOK e Syriza na Grécia; PSOE e Podemos na Espanha; Socialistas franceses e sindicatos e movimentos na França (esta luta é mais antiga, e se arrasta desde 1995 com as primeiras reformas neoliberais que enfrentaram as chamadas greves selvagens nos transportes e a correlata explosão dos *banlieues*); assim como as novas forças e coalizões partidárias em diversos países, como o 5 Estrelas italiano, a Esquerda Unida portuguesa e o Die Linke alemão. Fazer política na governamentalidade planetária virou uma escolha entre dar um tiro no pé ou assumir o papel de policial, mesmo sob as melhores das intenções, como as anunciadas pela nova política, que é eivada de reatividade e ressentimento.

Se voltarmos ao acontecimento *junho de 2013*, veremos que as duas figuras novas nesse campo de forças, capazes de produzir algum desvio nessa gestão geral, foram, em parte, a atitude do MPL em recusar (num primeiro momento) negociar com as planilhas apresentadas pelo prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin, e os *black blocs*, ao afirmarem uma recusa radical às formas políticas que tentavam capturá-los. Os *black blocs*, ao se recusarem a assumir uma identidade clara e ao afirmarem-se como tática de ação direta e não grupo organizado, impediram a apresentação de pautas reivindicativas e/ou formulações propositivas. Diante de tanto governo, tanta planilha, tanta gestão e tanta polícia, houve a afirmação de uma potência ingovernável. Algo

muito diverso se passou com os movimentos pelo impeachment e “Fora Dilma”. Nestes, houve e ainda há um ressentimento diante da situação de desgoverno completo que lhes foi apresentada como uma revelação pelo messias, o juiz Sérgio Moro, e seus apóstolos e pregadores espalhados pelos canais da grande imprensa. Assim, quando a turba, o rebanho obediente, pede uma cabeça em sacrifício para sua redenção, alguém tem que fazer esse papel. O impedimento da presidente Dilma Rousseff foi, de certa forma, essa ação sacrificial que buscava restaurar o sagrado governo. Como a ciência política já indicou por meio de seus teóricos, a política moderna segue com seus elementos teológicos muito ativos e renovando os campos de exercício do governo.

As *jornadas de junho* foram um acontecimento de recusa que afirmaram uma outra maneira de ser das resistências nessas paragens e abriu caminho para experimentações outras, tanto no terreno da ética quanto da estética, avessas aos meandros da política e suas negociações, representações e reconhecimentos. Nesse sentido, podem ser vistas como um acontecimento *antipolítico*, especialmente a partir de forças disruptivas e dispersas como os que praticavam a tática *black bloc*. Algo muito diverso, repito foi o que se seguiu, com os movimentos de negação como o “Fora Dilma” e, agora, o “Fora Temer”. Mais uma vez, constituíram-se como oposições complementares no campo da política. É possível ler as mobilizações indicadas em torno das eleições majoritárias de 2014, passando pelas grandes convocações pelo impeachment em março e agosto de 2015, até a resposta a eles pelo movimento “Fora Temer”, como uma reação em bloco ao que *junho de 2013* desfigurou e abriu de possibilidades de recusa. As hipóteses de crise da representação caem por terra, pois assiste-se ao ressentimento das castas dirigentes que atuam para retomar a cena e as negociações políticas. Há um esforço em renovar os canais de participação e captura. Não à toa se falou tanto em possíveis plebiscitos e novas eleições. Há quem reivindique até uma pouco provável nova

constituente. Assim segue o jogo de reformas tocadas sob o signo das mobilizações paralisantes e das paralisias mobilizadoras.

Tudo se resume em renovação, reação, ressignificação das mesmas tecnologias de governo, que incorporam novas táticas às suas estratégias de busca por efeitos hegemônicos. E nesse clima de ressignificação, ou, para usar outra palavra da moda, de novas narrativas, forças ainda mais reacionárias se apesentam e não se intimidam em reavivar a persistência de outro golpe — aquele levado adiante pelos militares em 1964 — na democracia de hoje. Se o fascismo do século XX foi a organização militar da massa, o fascismo do século XXI, aquele do qual falava Foucault, que “faz a amarga tirania de nossas vidas cotidianas” (1993: 200), faz-se como convocação policial das subjetividades pela política. E para não dizer que não falei das flores, eis aí um papel importante das redes sociais digitais, campo fértil para convocação e articulação dessas subjetividades policiais que, gradualmente e regularmente, apresentam-se em sua forma fascista.

Há um acerto nas democracias contemporâneas no qual as forças autoritárias se acomodam muito bem ao exercício policial da cidadania e ao quadro jurídico formal de regulação e fiscalização das ações de Estado. Nesse sentido, cabe perguntar: quando se fala em golpe, de qual golpe se está falando? Ou mais diretamente, por que em meio ao festival ampliado da crítica e do protesto ordenado ninguém ataca esse tripé intocável da política moderna: Estado, instituições judiciais e suas polícias e a democracia formal?

Os efeitos e ecos de *junho de 2013*, no entanto, prosseguem. Eles podem ser percebidos em manifestações restritas, ou em forças que muitas vezes são sobrecodificadas ou capturadas por disputas políticas, como os movimentos de ocupações das escolas em São Paulo, em novembro de 2015 e abril/maio de 2016. Podem também ser notados no interesse repentino, nem sempre muito sincero, nas práticas e escritos

anarquistas dentro e fora das universidades, de que a historiografia oficial tinha tratado de manter uma distância asséptica. Enfim, não há um mapa preciso que dê conta dos efeitos desse acontecimento, mas certamente ele não está inscrito em disputas institucionais ou em movimentos que buscam reconhecimento por direitos, políticas compensatórias e criminalizações. Como emergência do ingovernável ele prossegue como efeito, mesmo que seja numa vida militante imperceptível ao espetáculo da política cada dia mais identificado com o governo das polícias.

Se política virou polícia e as recusas que se apresentam a ela encontram reações da polícia repressiva e das capturas da nova política, quebrar com isso, produzir uma fissura nesse quadro, é voltar-se à potência do *menor*, e não se tornar refém e espectador de intrigas palacianas, como querem os agentes do golpe e os ativistas da luta contra o golpe. Como naqueles dias de *junho de 2013*, resistir exige lançar-se a uma ação *antipolítica*, à incitação e à prática da revolta. Como fizeram os anarquistas espanhóis do GAC (Grupos Anarquistas Coordenados), entre 2012 e 2015, é preciso afirmar-se contra a democracia, seus métodos de convocação e governo plenamente ajustados aos modos de vida do capitalismo e as formalizações autoritárias de suas leis que apenas pavimentam, a posteriori, as ações ordinárias da polícia, sua justiça e seus cárceres (GAC, 2013). Alguns dirão que é inútil. Nunca é inútil revoltar-se (Foucault, 2006). Assim inscrevem-se as subjetividades insurgentes na história como intempestivo, única forma de conjurar a vergonha de ser um homem e responder ao intolerável das tecnologias de governo em sua contemporânea forma policial.

Referências bibliográficas

- AUGUSTO, Acácio (2012). “Penalização a céu aberto, uma política planetária”. In: *Revista Ecopolítica*, São Paulo, Nu-Sol, vol. 4, 2012, pp. 84-101. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13062/9565> (consultado em: 06/09/2016).
- BAKUNIN, Mikhail (2003). *A instrução integral*. Tradução de Luiz Roberto Malta. São Paulo: Editora Imaginário/Nu-Sol/IEL.
- BATISTA, Nilo (s/d). “As duas faces do domínio do fato”. Disponível em: http://www.nu-sol.org/agora/pdf/As_duas_faces_do_dominio_do_fato.pdf (consultado em 06/09/2016).
- DAY, Richard (2005). *Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements*. London/Toronto: Pluto Press/Between the Lines.
- DELEUZE, Gilles (2000). “Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2010). *Sobre o teatro: Um manifesto de menos; O esgotado*. Tradução de Fátima Saadi, Ovídio de Abreu e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel (1993). “O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista”. In: *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, v. 1, n. 1, 1993.
- _____. (2003). “Omnes et singulatim: Uma crítica da razão política” In: *Ditos & escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Organização de Manuel Barros da Mota. Tradução de Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp.353-385.
- _____. (2006). “É inútil revoltar-se?”. In: *Ditos & escritos V: Ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 77–81.
- _____. (2008a). *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008b). *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- GAC — Grupos Anarquistas Coordenados (2013). *Contra la democracia*. Espanha: Autoedición, 2013.
- HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HONNETH, Axel (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: 34.
- LACLAU, Ernesto (2013). *A razão populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. Três Estrelas.
- PASSETTI, Edson (2007). “Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado”. In: *verve*, São Paulo, Nu-Sol, n. 12, 2007, pp. 11-43.
- RAWLS, Jonh (2011). *O liberalismo político*. Tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (2016). *Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil. Presença, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- SCHUMPETER, Joseph (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- [SILVA, Luiz Inácio Lula da \(2002\). “Carta ao povo brasileiro”. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaao povobrasileiro.pdf \(consultado em 0/09/2016\).](http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaao povobrasileiro.pdf)
- VALENTE, Rubens (2016). “Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato”. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Poder, 23/5/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> (consultado em 11/07/2016).